

Demonstrações Financeiras

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre
as demonstrações financeiras

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)



A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A, anuncia seus resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (DFP16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

Mensagem do Diretor Presidente

Este relatório ora apresentado demonstra os grandes desafios e oportunidades enfrentados pela VIABAHIA no último ano. O cenário econômico do país, impactado diretamente pela instabilidade política se refletiu em uma área extremamente sensível ao ambiente externo, que é o setor de infraestrutura, no qual a companhia está inserida.

É notório perceber que o Brasil mudou e que as empresas também precisam mudar. O otimismo apontado por especialistas para este ano de 2017 deve ser observado com cuidado, principalmente quando da utilização dos recursos em infraestrutura.

Desde 31 de dezembro de 2016 já investimos R\$ 1.749.713, sendo R\$ 184.436, somente no ano passado. Estes valores contemplam obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, obras de duplicação obrigatórias e construção de passarelas na rodovia.

Porém, para darmos continuidade aos projetos e operações, faz-se necessário

o suporte dos bancos de desenvolvimento, que por sua vez precisam destravar o repasse de recursos, seja por mero critério político ou por interesse em autopromoção dos agentes envolvidos, para suportar o investimento necessário em infraestrutura no Brasil.

Fechamos o ano de 2016 com um resultado negativo de R\$ 28.000, e com leve queda no tráfego mensal de veículos, mesmo com um aumento na arrecadação total por conta do reajuste anual da tarifa de pedágio previsto em contrato.

Mesmo com dificuldade financeira e falta de aporte necessário conseguimos reduzir nossos índices de vítimas fatais e feridos na BR-324 – rodovia Eng. Vasco Filho, entre Salvador e Feira de Santana e BR-116 – rodovia Santos Dumont, entre Feira de Santana até a divisa com Minas Gerais. Os dados levam em consideração o período de janeiro a setembro de 2015, em relação ao mesmo período de 2016. Vários são os fatores que contribuíram para esta redução, dentre eles a melhora na condição destas rodovias, atestada pela pesquisa anual CNT – Confederação Nacional dos Transportes, em parceria com o Serviço Social dos Transportes (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Também consolidamos nossa Governança Corporativa, através do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Investimos no Capital humano e Intelectual, com treinamentos internos apoiados pela área de Gestão de Talentos Humanos e fortalecemos a preocupação social, através do incentivo ao programa Ser Voluntário e parcerias em Sustentabilidade e Meio Ambiente.

Para 2017 o objetivo é apresentar melhores números que constam neste documento. Uma das linhas de frente adotadas pela VIABAHIA é utilizar o item contratual que permite a discussão para adequação dos contratos à realidade atual do Brasil; a revisão quinquenal da tarifa básica de pedágio. Outro caminho é continuar pressionando o BNDES para o cumprimento dos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados com a Concessionária.

1- Perfil da Companhia

A Viabahia foi constituída em 11 de maio de 2009 com a finalidade de assumir a Concessão do Sistema Rodoviário descrito abaixo, através da assinatura de Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 03 de setembro de 2009 (“Contrato de Concessão”).

A assunção do Sistema Rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) transfere o Sistema Rodoviário e os bens da concessão, à Viabahia. A Concessionária tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

O Sistema Rodoviário objeto do Edital nº 001/2008, é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão:

RODOVIAS INTEGRANTES DO SISTEMA

- BR-116/BA - Feira de Santana – Divisa BA/MG
- BR-324/BA - Salvador – Feira de Santana
- BA-526 - Entrada BR-324 – Entrada BA-528
- BA-528 - Entrada BA-526 – Acesso Base Naval de Aratu

1.2 - Destaque do ano 2016

Durante o exercício de 2015, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a proposta de alteração do controle indireto acionário da Companhia. Com essa alteração, 80,77% da participação indireta na mesma, pertencente à Isolux Infrastructure Netherlands (“Isolux Netherlands”)

foi transferida para a PSPEUR S.ár.1. ("PSPEUR"), uma holding subsidiária do Public Sector Pension Investment Board - PSPIB, fundo de pensão Canadense. Adicionalmente, o BNDES aprovou a substituição da fiança corporativa e demais obrigações contratuais dos atuais fiadores do contrato de financiamento que a Companhia possui junto à instituição financeira pela interveniência da Roadis Transportation (nova denominação a ser dada à Isolux Netherlands). Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT concedeu anuência prévia para alteração societária em questão.

Em 29 de abril de 2016, a transação foi efetivada no nível das controladoras indiretas estrangeiras da Companhia, através de uma Cisão da Isolux Infrastructure Netherlands BV ("Isolux Infrastructure") com Grupo Isolux Corsan ("Grupo Isolux"). Como resultado da transação, a PSP Investments é agora a única acionista da Isolux Infrastructure, a ser renomeada para ROADIS, não havendo alterações societárias a nível Brasil.

2- Destaque Operacional na Rodovia do ano 2016

2-1 Índices de acidentes

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A reduziu em 12,5% o número de vítimas fatais e 8% de feridos nas rodovias sob sua administração (BR-324 – rodovia Eng. Vasco Filho, entre Salvador e Feira de Santana e BR-116 – rodovia Santos Dumont, entre Feira de Santana até a divisa com Minas Gerais). Os dados levam em consideração o período de janeiro a setembro de 2015, em relação ao mesmo período de 2016.

A concessionária vem desenvolvendo ações que contribuiram para a redução destes números:

- Conscientização dos usuários com entrega de folhetos durante campanhas educativas;
- Investimento no treinamento das equipes operacionais, com a realização de simulados e cursos na área;

- Implantação de elementos de proteção e segurança;
- Melhora na condição do pavimento;
- Implantação de passarelas;
- Implantação de diversos pontos de iluminação;
- Duplicação de segmentos importantes e críticos;
- Resposta rápida a situações de risco através do Circuito Fechado de TV (CFTV) e atuação das equipes em campo, coordenados pelo Centro de Controle Operacional (C.C.O.), além de ações operacionais em horários e locais de maior movimento.

Serviços aos usuários

A concessionária atende a chamados através dos telefones 0800-6000-324 para a BR-324 – rodovia Eng° Vasco Filho e 0800-6000-116 para a BR-116 – rodovia Santos Dumont, que recebem chamadas também através de aparelho celular. Ao longo das rodovias há 15 (quinze) Bases dos Serviços de Atendimento aos Usuários (SAUs), que estão equipadas com banheiros femininos e masculinos e banheiros para portadores de necessidades especiais.

Trechos:

BR-324 – rodovia Eng° Vasco Filho (Salvador – Feira de Santana) – 113,2 Km: importante interligação estadual, que atravessa a região de alta densidade demográfica. Salvador e Feira de Santana são fortes polos de atração de viagens de veículos de passeio.

BR-116 – rodovia Santos Dumont (Feira de Santana – Divisa BA/MG) – 554,1 km: caracteriza-se pelo intenso tráfego de veículos comerciais, exercendo um papel de eixo de integração norte-sul do país, interligando a região Nordeste às regiões Sul e Sudeste.

Pesquisa anual 2016 CNT

Segundo pesquisa anual CNT – Confederação Nacional dos Transportes, em parceria com o Serviço Social dos Transportes (SEST) e Serviço Nacional de

Aprendizagem do Transporte (SENAT), 90% das rodovias administradas pela viabahia são consideradas como “Ótimas e Boas”.

Fonte: <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/>.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas. O Conselho de Administração é composto por 7 membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral que não são remunerados. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Diretoria Executiva

A diretoria é o órgão de representação da Companhia competindo-lhe praticar os atos necessários à administração e à condução dos negócios sociais da Companhia, quais sejam indicados por lei ou pelo Estatuto Social. A diretoria da Companhia é composta por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração sendo um deles 1 (um) Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores e 1 (um) Diretor Institucional e de Desenvolvimento de Negócio. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. José Pedro Guerreiro Bartolomeu.

Conselho Fiscal

No dia 8 de agosto de 2016, foi instaurado o Conselho Fiscal da Companhia nos termos do art. 161, § 2. da Lei. Nº 6.404/76.

Em 13 de setembro de 2016, foi eleito o Conselho Fiscal, o qual é composto por

3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, o qual funciona em caráter não permanente nos casos previstos em lei. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia-geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

3.2- Gestão de Pessoas

A Gestão de Talentos Humanos da VIABAHIA tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu efetivo, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. Desejamos que nossos colaboradores sejam realizados e satisfeitos no que fazem e almejem o desenvolvimento de carreira na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Temos como diretrizes básicas o respeito, a valorização e reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. Buscamos que nossos talentos sejam considerados elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, investindo na retenção das nossas pessoas, pautando-se por princípios éticos e legais.

4 - Desempenho Econômico e Financeiro

4.1 - Investimentos

A Companhia em 2016, concluiu o 7º ano do seu contrato de concessão junto a ANTT e apesar de todas as dificuldades enfrentadas, com a queda na economia, a ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas e implantação de

fibra optica em 670 km da rodovia. O total investido até 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.749.713, sendo que no ano de 2016 foi investido R\$ 184.436, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, obras de duplicação obrigatórias e construção de passarelas na rodovia.

Os projetos e cronograma de duplicação de pista da Rodovia BR 116 estão em fase de análise pela ANTT e pelo IBAMA. O início e término das obras serão realizadas no prazo a ser definido de acordo com negociações que vem sendo realizadas junto à ANTT cujo desfecho está previsto para 2017.

4.2 - Informações Econômicas e Financeiras

Informações Contábeis	Valores Expressos em R\$ Mil	
	DF 16	DF 15
a. Patrimônio Líquido	715.949	579.708
b. Ativo Total	2.073.693	2.042.419
c. Receita Líquida	415.260	454.488
d. Resultado Bruto	80.125	88.830
e. Resultado Líquido	(28.389)	(17.744)
f. Número de ações	635.121	429.121
g. Valor patrimonial da ação	1,13	1,35
h. Média ponderada de ações	608.034	311.431
i. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,05)	(0,06)
j. Outras informações contábeis selecionadas	Não Aplicável	Não Aplicável

Informações Contábeis	Valores Expressos em R\$ Mil	
	DF 16	DF 15
a. Lucro Bruto	80.125	88.830
b. Despesas Gerais e Administrativas e outras	(30.629)	(28.968)
c. Amortização e Depreciação (+)	75.603	56.030
d. EBITDA	125.099	115.892

4.3 - Evoluções do Trafego na Rodovia

4.3.1 - Composição do Trafego por Modalidade de Pagamento

O Sistema Rodoviário administrado pela Companhia tem as seguintes características:

- A BR-324 compreende uma importante interligação estadual, atravessando uma região de alta densidade demográfica, com várias cidades de médio porte e próximas entre si. Este trecho interliga a capital Salvador e o município de Feira de Santana que são polos de atração das

viagens realizadas neste trecho, com grande utilização de veículos de passeio e motocicletas.

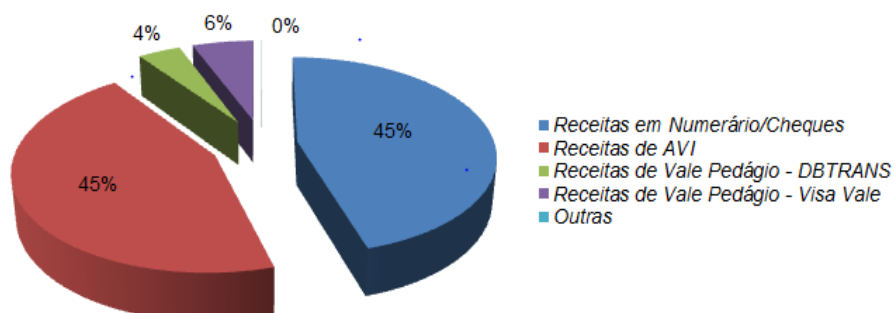
- A BR-116, por sua vez, caracteriza-se pelo intenso tráfego de veículos comerciais, com predomínio de viagens de passagem pela área de influência da rodovia, demonstrando que exerce um papel de eixo de integração Norte-Sul do país, interligando a região Nordeste às regiões Sul e Sudeste.

Neste cenário, registra-se que 45% dos veículos que trafegam pelas praças de pedágio registram o pagamento à vista.

Essa característica permite à Companhia geração de caixa durante todos os meses, auxiliando-a nas suas demandas e obrigações de curto prazo.

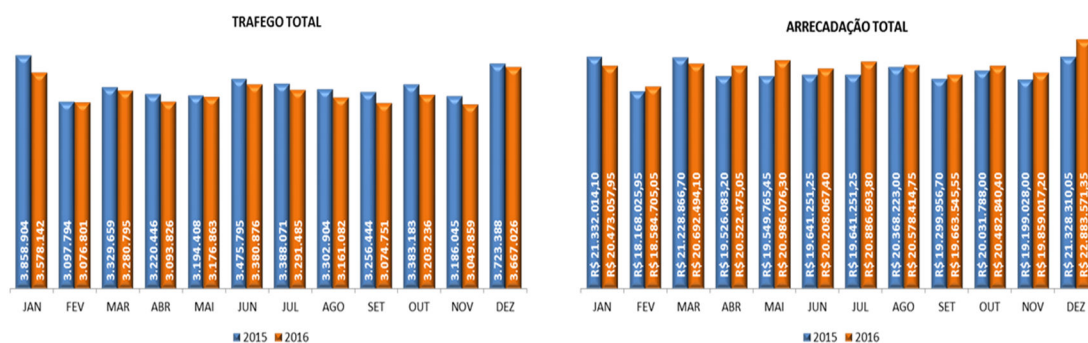
Gráfico de Receita por Modalidade de Pagamentos 2016

(31/12/2016)



	DF 16 Em R\$ Mil
Receitas em Numerário/Cheques	111.598
Receitas de AVI	109.747
Receitas de Vale Pedágio - DBTRANS	10.035
Receitas de Vale Pedágio - Visa Vale	14.441
Outras	75
Total	245.896

4.3.2 - Evolução no tráfego na Rodovia



4.3.3 – Empréstimos e Financiamentos

Condizente com outras empresas do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total da dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em relação ao exercício findo em 31 de setembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorrem variações importantes, em 2016 ocorreu apenas à liberação parcial de R\$ 6.437 referente ao saldo do subcredito C1 do contrato CT 12.2.1240.1 firmado em 11 de dezembro de 2012 com o BNDES e bancos de repasse.

As operações de Empréstimos podem ser assim demonstradas no seguinte quadro:

	Taxa efetiva	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	45.615	545.033	590.649	615.210
(-) Custos de transação		(959)	(3.338)	(4.297)	(5.351)
(-) Títulos e valores mobiliários		(31.020)	-	(31.020)	(27.937)
Subtotal – BNDES		13.636	541.695	555.331	581.922
HAITONG (i)	TJLP + 5,2% a.a.	4.439	57.717	62.156	64.962
Subtotal – HAITONG		4.439	57.717	62.156	64.962
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	4.231	56.498	60.729	63.419
(-) Custos de transação		(67)	(242)	(309)	(382)
Subtotal – Votorantim		4.164	56.256	60.420	63.037
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	2.934	38.545	41.479	43.333
(-) Custos de transação		(257)	(927)	(1.184)	(1.465)
Subtotal – ABC		2.677	37.618	40.295	41.868
Banco do Brasil (ii)	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	61	-	61	391
		61	-	61	391
Banco Safra (iii)	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	-	-	-	12.088
		-	-	-	12.088
Total de empréstimos e financiamentos		24.977	693.286	718.263	764.268

A Administração está em discussão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2016 totalizaram o montante de R\$ 847.275. A Companhia está aguardando a realocação dos sub-créditos pendentes e espera que ocorra novas liberações até o final do primeiro trimestre de 2017.

5 - Sustentabilidade

Capital Natural

Iluminação de Led na Rodovia

A companhia implantou 18 quilômetros de iluminação em LED, ao longo da BR-116 – rodovia Santos Dumont, proporcionando uma maior durabilidade e economia de energia. Os primeiros circuitos a receberem esta nova tecnologia foram os perímetros urbanos de Poções e Planalto, totalizando dez quilômetros iluminados em LED. Os demais circuitos serão finalizados em 2017 nos municípios de Manoel Vitorino, Boa Nova, Vitória da Conquista, Cândido Sales e Encruzilhada. Além disso, foram instalados refletores em LED em dois viadutos da BR-116, na região de Santo Estevão.

Responsabilidade Social

Programa Ser Voluntario

A companhia implantou em 2015, o Programa Ser Voluntario foi desenvolvido para que os colaboradores da VIABAHIA possam doar um pouco do seu tempo e habilidade a escolas próximas aos locais onde residem ou trabalham. É uma forma de contribuir para a educação do estado, explorando a vocação solidária e de ajuda ao próximo, inerente a todo o ser humano. O programa vem se consolidando a cada ano, com maior engajamento dos colaboradores.

Parceria Viabahia x Projeto Axé em Sustentabilidade

No ano de 2016, foi fechado uma parceria com o Projeto Axé, para as questões relacionadas a inclusão social, geração de renda e sustentabilidade, a Concessionária contribuirá com a doação de fardamentos inutilizados, que antes seriam descartados, onde serão devidamente higienizados e colocados à disposição das crianças e adolescentes do Projeto para a transformação em produtos sustentáveis como porta celular, nécessaire, lixeirinhas para carro, chaveiros, ecobag, dentre outros.

Além do benefício ambiental, através da redução dos resíduos gerados pelo descarte dos fardamentos, deve-se registrar outros três pontos positivos nesta parceria:

- Benefício Social: Redução do volume de crianças e adolescentes em situações de risco nas ruas;
- Benefício Econômico: Eliminação do custo de descarte dos fardamentos;
- Benefício Jurídico: Atendimento à legislação ambiental no tocante à reciclagem e reuso dos resíduos.

Parceria entre a Viabahia e o Ambulatório de Animais Silvestres e Exóticos da UFBA

Em junho de 2016, a VIABAHIA firmou parceria com o Ambulatório de Animais

Silvestres e Exóticos (AASE) da Universidade Federal da Bahia para atendimento emergencial dos animais acidentados nas rodovias administradas (BR-116, entre Feira de Santana até a divisa com Minas Gerais e BR-324, entre Salvador e Feira de Santana).

Em contrapartida, em dezembro de 2016, a Concessionária doou uma Unidade de Tratamento para aves, um colchão térmico digital para realização de cirurgias e 50 metros de tela de arame galvanizado para uso na construção de canteiros e viveiros de animais em reabilitação.

Cumprir informar que a parceria feita para atendimento da fauna silvestre visa atender ao Subprograma de Monitoramento e Mitigação dos Atropelamentos da Fauna da Licença de Operação nº 882/2009, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Capital humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2016, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Avaliação de Desempenho e Feedback e MSM2 - Construção da Competência Frente aos Riscos, que foram capacitações realizadas in company para os cargos de gestão em níveis de Coordenadores, Supervisores, Gerentes, Superintendentes e Diretores.

6 - Outras informações

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolve empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Isolux e do Grupo Engevix, os quais foram (Isolux) e são (Engevix) acionistas indiretos, respectivamente, da Companhia.

Em 25 de maio de 2016 a Administração da Companhia tomou conhecimento, através de notícia veiculada na mídia, que uma das empresas por ela contratada em 2013, para serviços de engenharia, está sendo investigada em processo conduzido por autoridades federais. Os pagamentos decorrentes do contrato firmado entre a Companhia e essa empresa totalizaram R\$ 6.389, e foram originalmente registrados como parte dos custos de formação do ativo intangível.

Em decorrência do descrito acima, a Administração da Companhia em conjunto com seu acionista controlador decidiu iniciar um processo de investigação interna relacionado com a mencionada notícia e, para isso, contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells, para conduzir a investigação. Adicionalmente, criou uma comissão interna para acompanhamento do andamento da investigação, conduzida por empresa independente contratada.

Como resultado dos trabalhos de investigação interna realizados, foram identificados pagamentos no período de 2010 a 2013 a empresas contratadas para execução de serviços de engenharia e aluguel de equipamentos, no montante total de R\$13.748, cuja prestação dos serviços não conseguiu ser adequadamente comprovada. Deste montante total, R\$2.931 havia sido lançado diretamente no resultado do exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2016, de forma prudente, a Companhia efetuou a baixa dos valores residuais que encontravam-se registrados como parte do seu ativo intangível decorrentes dos contratos firmados no passado junto a essas empresas.

Até o presente momento, a Companhia não tem conhecimento de que figura como parte investigada em procedimento investigatório, porém a posição da Administração será sempre a de colaborar com as autoridades competentes.

7 - Relacionamentos com auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2016 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o

auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

8 - Declaração da Diretoria

As informações financeiras da Viabahia Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Salvador, 08 de março de 2017

Diretoria

Paulo Jorge Oliveira Lopes André
Diretor Presidente

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Institucional de Desenvolvimento de Negócio

Conselho de Administração

Paulo Jorge Oliveira Lopes André
Presidente

José António Labarra Blanco
Conselheiro

Hederverton Andrade Santos
Conselheiro

Francisco Javier Alvarez Laorga
Conselheiro

Francisco Javier Prados Mateos
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

Maria Esther Ayuso Gil
Conselheira

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa, o Valor Adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., e à vista do Parecer dos Auditores Independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S/S, emitido sem qualquer ressalva em 08 de março de 2017, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos examinados a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Salvador, 10 de março de 2017.

Reinaldo Cardoso da Silveira

Conselheiro

Manoela Cristina Silva Almeida

Conselheira

Alexandre Berwerth Pereira

Conselheiro

**EY**

Building a better
working world

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9000
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos regulatórios

A Companhia, conforme divulgado na Nota 23, possui autos e notificações de infração emitidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em andamento nas esferas administrativa e judicial, cujo valor agregado totaliza R\$ 70.911 mil, em 31 de dezembro de 2016.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido aos impactos que o desfecho das negociações que vem sendo realizadas entre a Companhia e a ANTT, relativas ao novo cronograma proposto para conclusão das obras de recuperação e duplicação condicionadas, podem ter em relação ao efetivo cumprimento por parte da mesma das obrigações estabelecidas no contrato de concessão da rodovia; pelos valores envolvidos nos autos e notificações emitidas pelo órgão regulador; por envolver julgamento significativo pela Administração na determinação se uma provisão deve ser constituída; e pela complexidade do ambiente regulatório no Brasil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise de publicações, comunicados, autos e notificações emitidos pela ANTT, bem como reuniões periódicas com a Administração e responsáveis pelo Departamento de Regulação para discutir a evolução das negociações junto à ANTT e principais processos em aberto. Também obtivemos confirmações de consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas posições com as da Administração em relação a avaliação e expectativa de perda de cada um dos autos e notificações materiais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na Nota 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia registra, em contrapartida do Intangível-Concessão, provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia no montante de R\$509.670 mil, que representa a melhor estimativa da Administração, a valor presente, para finalização das obras obrigatórias estabelecidas no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração Rodoviária - PER.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa desta provisão, que requer significativo julgamento por parte da Administração na determinação das premissas utilizadas, que incluem o período em que as obras serão executadas e a taxa de desconto a valor presente.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a estimativa e contabilização da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia, e a discussão das premissas utilizadas pela Administração. Realizamos, também, recálculo da determinação da provisão registrada pela Companhia, confrontamos os valores estimados para cada um de seus componentes significativos com informações de contratos de execução de serviços já em andamento, com as obrigações estabelecidas pelo contrato de concessão e PER, assim como observamos as variações ocorridas entre os gastos previamente orçados e os realizados durante o exercício corrente. Adicionalmente, comparamos a taxa de desconto utilizada para ajuste da provisão ao seu valor presente, com dados internos da Companhia e fontes comparáveis de mercado. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível

Devido a situação econômica brasileira desfavorável, ao não atingimento dos volumes de tráfego esperados, ao capital circulante líquido negativo, aos prejuízos acumulados e ao prejuízo apurado pela Companhia no presente exercício, um teste para determinação do valor recuperável do ativo intangível, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.029.655 mil, foi realizado pela Administração. Esse assunto encontra-se divulgado na Nota 9 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, devido à complexidade e à criticidade do processo de avaliação da Administração, que se baseia em diversas premissas, como a taxa de crescimento do volume de tráfego, percentual de reajuste tarifário, previsão de investimentos para recuperação, melhoramento e manutenção da rodovia, comportamento dos custos e despesas operacionais e a taxa de desconto dos fluxos de caixa projetados, que são afetadas pelas condições futuras esperadas de mercado ou econômicas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos procedimentos de orçamento da Companhia (nas quais as previsões se baseiam) e testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pela Administração. Testamos a precisão matemática do cálculo e avaliamos as suas principais premissas, quais sejam: taxa de desconto, taxa de crescimento do volume de tráfego, das receitas, custos e despesas, percentual de reajuste tarifário, previsão de investimentos para recuperação, melhoramento e manutenção da rodovia, comportamento dos custos e despesas operacionais e a taxa de desconto. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área de transações – avaliação. Efetuamos também a análise das divulgações realizadas sobre o assunto.

Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Em 2016, a Administração da Companhia, em conjunto com seu acionista controlador, decidiu conduzir um processo de investigação interna em decorrência da identificação de pagamentos realizados no período de 2010 a 2013 a empresas contratadas para realização de serviços de engenharia e aluguel de equipamentos, no montante total de R\$13.748 mil, cuja prestação dos serviços não conseguiu ser adequadamente comprovada. Esse assunto encontra-se divulgado na Nota 26 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi significativo para nossa auditoria devido à complexidade das investigações e por envolver julgamento significativo pela Administração na determinação dos impactos que os eventos ocorridos geraram ou podem gerar em suas demonstrações financeiras e atividades operacionais.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o acompanhamento do processo de investigação interna, a análise dos resultados apresentados pela comissão de investigação, o exame dos ajustes contábeis realizados pela Companhia e dos seus respectivos efeitos fiscais e testes de lançamentos não usuais. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área de investigação de fraudes. Efetuamos também a análise das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Building a better
working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Building a better
working world

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador (BA), 8 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	11.670	13.896
Contas a receber (Nota 5)	14.842	11.553
Tributos a recuperar	1.393	2.256
Despesas antecipadas (Nota 6)	2.691	2.785
Outros ativos	282	1.304
	30.878	31.794
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 23)	1.476	2.529
Tributos diferidos (Nota 14)	5.935	-
Imobilizado (Nota 8)	5.749	3.726
Intangível (Nota 9)	2.029.655	2.004.370
	2.042.815	2.010.625
Total do ativo	2.073.693	2.042.419

	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 10)	96.012	76.789
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	24.977	34.484
Salários e encargos sociais	5.588	7.653
Tributos a recolher	2.695	3.899
Verba de fiscalização e segurança no trânsito (Nota 15)	497	459
Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13)	10.738	15.947
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12)	246.379	192.737
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios (Nota 23)	1.373	868
Outros passivos	2.621	2.284
	390.880	335.120
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	693.286	729.784
Tributos diferidos (Nota 14)	-	4.448
Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13)	10.287	3.403
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12)	263.291	389.956
	966.864	1.127.591
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	756.146	591.516
Reservas de lucros	5.936	5.936
Prejuízos acumulados	(46.133)	(17.744)
	715.949	579.708
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.073.693	2.042.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por ação expresso em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações continuadas		
Receita operacional líquida (Nota 17)	415.260	454.488
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(335.135)	(365.658)
Lucro bruto	80.125	88.830
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(30.198)	(28.068)
Honorários da Administração (Nota 7)	(471)	(661)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas (Nota 20)	40	(239)
Lucro operacional	49.496	59.862
Receitas financeiras (Nota 20)	4.039	4.010
Despesas financeiras (Nota 20)	(92.307)	(90.471)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.772)	(26.599)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 21)	10.383	8.855
Prejuízo do exercício	(28.389)	(17.744)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$ (Nota 22)	(0,05)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(28.389)	(17.744)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(28.389)</u>	<u>(17.744)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital			Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	Capital a relizar	Realizado	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2015	369.781	-	369.781	5.936	22.538	336	-	398.591
Aumento de capital	221.735	-	221.735	-	(22.538)	(336)	-	198.861
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(17.744)	(17.744)
Em 31 de dezembro de 2015	591.516	-	591.516	5.936	-	-	(17.744)	579.708
Aumento de capital (Nota 16 a))	206.000	(41.370)	164.630	-	-	-	-	164.630
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(28.389)	(28.389)
Em 31 de dezembro de 2016	797.516	(41.370)	756.146	5.936	-	-	(46.133)	715.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.772)	(26.599)
Ajustes de		
Depreciação e amortização	75.603	56.030
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	506	74
Juros e variações monetárias, líquidas	68.751	69.277
AVP da provisão para investimento da rodovia	17.413	14.358
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	370	167
Valor residual da baixa de ativo imobilizado/intangível	-	1.702
Margem de construção	(3.688)	(5.874)
	120.183	109.135
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.658)	1.288
Tributos a recuperar	1.523	(226)
Despesas antecipadas	94	(704)
Títulos e valores mobiliários	146	(1.232)
Outros ativos	2.137	(1.414)
Fornecedores	19.223	(51.271)
Salários e encargos sociais	(2.065)	1.289
Tributos a recolher	(1.204)	1.505
Outros passivos	2.048	5.241
Caixa gerado nas (aplicado nas) operações	18.244	(45.524)
Juros pagos sobre empréstimos	(65.901)	(69.150)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.331)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	72.526	(6.870)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.817)	(713)
Aquisições de bens do ativo intangível	(180.175)	(211.973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(182.992)	(212.686)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	6.437	100.780
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(62.827)	(71.397)
Aumento de capital	164.630	191.349
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	108.240	220.732
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(2.226)	1.176
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.896	12.720
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.670	13.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas	436.926	475.536
Receita de construção	188.124	232.830
Receita de pedágio e acessórias	248.802	242.706
Insumos adquiridos de terceiros	(258.139)	(303.898)
Custo do serviço de construção	(184.436)	(226.956)
Custo da concessão	(55.596)	(59.164)
Outras despesas	(18.107)	(17.778)
Valor adicionado bruto	178.787	171.638
Depreciação e amortização	(75.603)	(56.030)
Valor adicionado líquido produzido	103.184	115.608
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.039	4.010
Outras receitas	40	2.702
Valor adicionado total a distribuir	107.263	122.320
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	21.937	25.131
Remuneração direta	14.197	16.286
Benefícios	5.456	6.370
Rescisões	360	694
Honorários da diretoria	471	661
Encargos sociais (exceto INSS)	1.170	1.053
Outros	283	67
Impostos, taxas e contribuições	16.728	19.926
PIS/COFINS sobre faturamento	9.244	8.939
Imposto de renda e contribuição social	(10.383)	(8.855)
INSS (sobre folha de pagamento)	3.766	4.317
ISS sobre faturamento	12.423	12.109
Outros	1.678	3.416
Remuneração de capitais próprios	(28.389)	(17.744)
Prejuízos	(28.389)	(17.744)
Remuneração de capitais de terceiros	96.987	95.007
Juros e variações cambiais	92.307	90.471
Aluguéis	4.680	4.536
Valor adicionado distribuído	107.263	122.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede em Salvador - Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116/BA Feira de Santana - Divisa BA/MG
- BR-324/BA Salvador - Feira de Santana
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia - PER estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- **Obras iniciais:** compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia a abril de 2010. Estas obras foram finalizadas e recebidas pela ANTT em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas.
- **Recuperação:** obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. A PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais, estendendo-se no máximo até o final do 5º (quinto) ano do Prazo da Concessão (outubro de 2014), sendo que, dentro desse limite, prazos distintos foram estabelecidos para conclusão dos diferentes serviços.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

- **Duplicação:** realização de obras de duplicação de pista em 13 (treze) sub-trechos da rodovia BR 116, que totalizam 441,6 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um Volume Médio Diário (VMD) por sub-trecho de 6.500 veículos., implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos em 3 (três) sub-trechos da rodovia BR 324, que totalizam 106,7 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um VMD por sub-trecho de 70.000 veículos.
- **Obras Obrigatórias:** são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras.

A Companhia em 2016, concluiu o 7º ano do seu contrato de concessão junto a ANTT e apesar de todas as dificuldades enfrentadas, com a queda na economia, a ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas e implantação de fibra óptica em 670 km da rodovia. O total investido até 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.749.713, sendo que no ano de 2016 foi investido R\$ 184.436, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, obras de duplicação obrigatórias e construção de passarelas na rodovia.

Os projetos e cronograma de duplicação de pista da Rodovia BR 116 estão em fase de análise pela ANTT e pelo IBAMA. O início e término das obras serão realizadas no prazo a ser definido de acordo com negociações que vem sendo realizadas junto à ANTT cujo desfecho está previsto para 2017.

Em relação às Obras Obrigatórias, o processo referente à apuração do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmado com a ANTT em 11 de outubro de 2013, que compreendia parte das referidas obras, foi encerrado pela Agência Reguladora através de publicação no Diário Oficial da União em agosto de 2016.

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolve empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Isolux e do Grupo Engevix, os quais foram (Isolux) e são (Engevix) acionistas indiretos, respectivamente, da Companhia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 8 de março de 2017.

1.1 Aprovação para alteração do acionista controlador indireto:

Durante o exercício de 2015, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a proposta de alteração do controle indireto acionário da Companhia. Com essa alteração, 80,77% da participação indireta na mesma, pertencente à Isolux Infrastructure Netherlands (“Isolux Netherlands”) foi transferida para a PSPEUR S.ár.1. (“PSPEUR”), uma holding subsidiária do Public Sector Pension Investment Board - PSPIB, fundo de pensão Canadense. Adicionalmente, o BNDES aprovou a substituição da fiança corporativa e demais obrigações contratuais dos atuais fiadores do contrato de financiamento que a Companhia possui junto à instituição financeira pela interveniência da Roadis Transportation (nova denominação a ser dada à Isolux Netherlands).

Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT concedeu anuência prévia para alteração societária em questão.

Em 29 de abril de 2016, a transação foi efetivada no nível das controladoras indiretas estrangeiras da Companhia, através de uma cisão da Isolux Infrastructure Netherlands BV (“Isolux Infrastructure”) com o Grupo Isolux Corsan (“Grupo Isolux”). Como resultado da transação, a PSP Investments é agora a única acionista da Isolux Infrastructure, a ser renomeada para ROADIS, não havendo alterações societárias a nível Brasil.

1.2. 6º Revisão Ordinária e 9ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio (TBP):

A Companhia tem na arrecadação das praças de pedágio sua principal fonte de recursos. O tráfego nas rodovias administradas é composto, de veículos comerciais e de passeios. A receita originária de cobrança do pedágio para os veículos comerciais varia, principalmente pela época das fases de produção econômica dos municípios baianos, escoação de safra e circulação de mercadorias produzidas no sul do país com destino à região Norte e Nordeste. Já os veículos de passeios têm suas sazonalidades influenciadas principalmente por feriados e datas festivas.

Em 13 de dezembro de 2016, a ANTT concluiu a análise da 6º Revisão Ordinária e a 9ª Revisão Extraordinária da Tarifa de Pedágio, aumentando a tarifa em 21,62%, a qual passou de R\$3,70 para R\$4,50, sendo 7,87% por atualização do índice IRT- índice de Reajuste da Tarifa, que em 2016 foi de 1,89169%, e 13,75% relativo a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela Companhia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.3. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante negativo de R\$360.002 (R\$303.326 em 31 de dezembro de 2015) devido, principalmente, à constituição da provisão para investimentos previstos em ampliação e recuperação da rodovia no passivo circulante, no montante de R\$ 246.379. Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases inicial e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos.

A Administração está discutindo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2016 totalizaram o montante de R\$ 847.275. A Companhia está aguardando a realocação dos sub-créditos pendentes e espera que ocorra novas liberações até o final do primeiro trimestre de 2017.

Os acionistas estão comprometidos com a realização de aportes de capital em volumes suficientes para cobrir eventuais necessidades de caixa nos termos definidos nos contratos de financiamento existentes. Conforme mencionado na Nota 16, em 2016 foram aportados pelos acionistas recursos no montante de R\$ 164.630.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, avaliação da provisão para investimentos pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

2.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Ativo Intangível--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota 9.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota 17.

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual é amortizado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,43% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	8.445	1.929
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.225	11.967
	11.670	13.896

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99,5% a 100,5%.

5. Contas a receber

	2016	2015
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	10.746	9.697
Visa vale pedágio	138	25
DBTRANS - vale-pedágio	857	732
ConectCar	221	154
Passe Expresso	12	-
Outros	3.405	1.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(537)	(167)
	14.842	11.553

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 10.746 (2015 - R\$ 9.697), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") serão repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração considerando a composição das suas contas a receber em atraso, e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Despesas antecipadas

	2016	2015
Seguros (i)	1.993	2.153
Riscos de engenharia	179	173
Responsabilidade civil	11	7
Riscos nomeados e operacionais	696	818
Garantia de execução da obra	1.107	1.155
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	622	613
Outras despesas	76	19
	2.691	2.785

- (i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.
- (ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

7. Partes relacionadas

a) Serviços de construção partes relacionadas

	2016	2015
Custos de construção:		
Engevix Engenharia S/A	-	577
Isolux Projetos e Instalações Ltda.	-	10.062
	-	10.639
Fornecedores:		
Engevix Engenharia S/A	-	6.318
Isolux Projetos e Instalações Ltda.	12.949	6.631
	12.949	12.949

O contrato com o consorcio construtor Rodobahia de empreitada a preço global foi assinado em 2011, tendo como consorciadas as empresas Engevix Engenharia S/A (empresa pertencente ao mesmo grupo da acionista Infravix Participações S/A) e Isolux Projetos e Instalações Ltda. (empresa pertencente ao mesmo grupo da acionista Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.). Em 31 de março de 2015, foi firmado o 5º Aditivo ao Contrato de Constituição do Consórcio Rodobahia, através do qual a Isolux Projetos substituiu a Engevix no quadro acionário da Rodobahia, todos os direitos da Engevix foram cedidos para a Isolux, assim não fazendo a Engevix mais jus a caução retida. O saldo relativo aos serviços prestados, em aberto no passivo junto à Isolux no montante de R\$12.949 se refere a cauções contratuais retidos pela Companhia até o término do prazo de garantia das obras realizadas.

b) Honorários da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 471 (2015 - R\$ 661).

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado

	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos e instalações</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Imobilizado andamento</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2015									
Saldo inicial	-	3.119	558	1.023	792	55	260	32	5.839
Aquisições	-	502	118	21	10	-	-	62	713
Baixas	-	(1.777)			(1.761)				(3.538)
Depreciação/Amortização	-	(395)	(279)	(161)	(244)	(7)	(38)	-	(1.124)
Baixa depreciação/Amortização		611			1.225				1.836
Saldo contábil, líquido	-	2.060	397	883	22	48	222	94	3.726
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	384	2.999	2.310	1.616	50	73	381	94	7.907
Depreciação acumulada	(384)	(939)	(1.913)	(733)	(28)	(25)	(159)	-	(4.181)
Saldo contábil, líquido	-	2.060	397	883	22	48	222	94	3.726
Em 01 de janeiro de 2016									
Saldo inicial	-	2.060	397	883	22	48	222	94	3.726
Aquisições	1.607	667	175	362	-	-	-	6	2.817
Depreciação/Amortização	(39)	(338)	(186)	(176)	(10)	(7)	(38)	-	(794)
Saldo contábil, líquido	1.568	2.389	386	1.069	12	41	184	100	5.749
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	1.991	3.666	2.485	1.978	50	73	381	100	10.724
Depreciação acumulada	(423)	(1.277)	(2.099)	(909)	(38)	(32)	(197)	-	(4.975)
Saldo contábil, líquido	1.568	2.389	386	1.069	12	41	184	100	5.749
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10		

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Intangível

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Softwares	Intangível em formação	Total
Em 01 de janeiro de 2015						
Saldo inicial	972.860	92.774	328.565	1.170	428.634	1.824.003
Adição	169.872	25.295	-	430	39.676	235.273
Transferências	35.969	-	363.112	-	(399.081)	-
Amortização	(31.384)	(3.042)	(19.980)	(500)	-	(54.906)
Saldo contábil, líquido	1.147.317	115.027	671.697	1.100	69.229	2.004.370
Em 31 de dezembro de 2015						
Custo	1.235.508	125.918	726.438	3.346	69.229	2.160.439
Amortização acumulada	(88.191)	(10.891)	(54.741)	(2.246)	-	(156.069)
Saldo contábil, líquido	1.147.317	115.027	671.697	1.100	69.229	2.004.370
Em 01 de janeiro de 2016						
Saldo inicial	1.147.317	115.027	671.697	1.100	69.229	2.004.370
Adição	26.317	35.721	7.556	386	30.114	100.094
Baixas	(11.200)	-	-	-	-	(11.200)
Baixa amortização	1.415	-	-	-	-	1.415
Amortização	(38.165)	(4.041)	(22.264)	(554)	-	(65.024)
Saldo contábil, líquido	1.125.684	146.707	656.989	932	99.343	2.029.655
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	1.261.825	161.639	733.994	3.732	99.343	2.260.533
Amortização acumulada	(136.141)	(14.932)	(77.005)	(2.800)	-	(230.878)
Saldo contábil, líquido	1.125.684	146.707	656.989	932	99.343	2.029.655
Prazo remanescente de amortização (anos)	18	18	18	5		

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado como custo de operação, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de realização dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Investimentos realizados (Nota 12)	160.030	185.602
Adições ao intangível (Nota 9)	100.094	235.273
Acréscimo da provisão (Nota 12)	(69.594)	(195.167)
Capitalização de juros (Nota 20)	(6.667)	(7.861)
Margem de construção (Nota 17)	(3.688)	(5.874)
Aquisições demonstradas no fluxo de caixa	180.175	211.973

ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos em duplicação de pista ainda não concluídos que representam potencial de geração de receita adicional através do incremento do tráfego. O prazo para conclusão está previsto para o final de 2018.

10. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	69.316	47.289
Cauções contratuais (ii)	26.696	29.500
Total	96.012	76.789

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços. Deste total, conforme divulgado na nota 7, R\$12.949 refere-se a cauções em aberto junto a partes relacionadas.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Taxa efetiva	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2016	31/12/2015
BNDDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	45.615	545.033	590.649	615.210
(-) Custos de transação		(959)	(3.338)	(4.297)	(5.351)
(-) Títulos e valores mobiliários		(31.020)	-	(31.020)	(27.937)
Subtotal – BNDDES		13.636	541.695	555.331	581.922
HAITONG (i)	TJLP + 5,2% a.a.	4.439	57.717	62.156	64.962
Subtotal – HAITONG		4.439	57.717	62.156	64.962
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	4.231	56.498	60.729	63.419
(-) Custos de transação		(67)	(242)	(309)	(382)
Subtotal – Votorantim		4.164	56.256	60.420	63.037
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	2.934	38.545	41.479	43.333
(-) Custos de transação		(257)	(927)	(1.184)	(1.465)
Subtotal – ABC		2.677	37.618	40.295	41.868
Banco do Brasil (ii)	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	61	-	61	391
		61		61	391
Banco Safra (iii)	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	-	-	-	12.088
		-	-	-	12.088
Total de empréstimos e financiamentos		24.977	693.286	718.263	764.268

(i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$1.369.143. Até 31 de dezembro de 2016, foram efetuados desembolsos pelo BNDDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$847.275.

a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui aplicação financeira mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 31.020, remunerada a 100,5% do CDI, que se constitui em reserva real para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A..

c) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$ 6.667 (2015 - R\$7.861).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Até um ano	57.280	63.827
Acima de um ano e até dois anos	74.787	64.585
Acima de dois anos e até três anos	78.946	65.956
Acima de três anos e até quatro anos	86.610	75.719
Acima de quatro anos e até cinco anos	94.255	85.874
Mais de cinco anos	363.194	443.441
	755.072	799.402
(-) Custos de transação	(5.789)	(7.197)
(-) Títulos e valores mobiliários	(31.020)	(27.937)
	718.263	764.268

A mutação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34.484	729.784	764.268
Ingressos	-	6.437	6.437
Encargos	77.951	11	77.962
Transferências	44.353	(44.353)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(128.728)	-	(128.728)
(-) Custos de transação	-	1.407	1.407
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(3.083)	-	(3.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.977	693.286	718.263

12. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2018, prevê desembolsos de R\$509.670 (R\$582.693 em 31 de dezembro de 2015), sendo que R\$ 246.379 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2017. Essa provisão é revista anualmente pela Companhia em decorrência dos novos valores e projeções atuais.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia--Continuação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em 1º de janeiro	582.693	558.770
Revisão orçamentária - complemento da provisão (i)	66.030	190.887
Adições ao intangível	3.564	4.280
Ajuste a valor presente	17.413	14.358
Investimentos realizados	(160.030)	(185.602)
Total	509.670	582.693
Circulante	(246.379)	(192.737)
Não circulante	263.291	389.956

(i) Em 2016 e 2015 a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados. A variação positiva identificada na provisão se deve principalmente à revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. Essa alteração foi considerada como uma mudança de estimativa do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

13. Parcelamentos de dívidas com ANTT

Em 2014, a Companhia solicitou à ANTT o parcelamento de dívida constituída por débitos relativos a 6 (seis) infrações por descumprimento do Programa de Exploração Rodoviária ("PER") no montante total de R\$3.751, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais cujo deferimento foi efetuado mediante o pagamento da antecipação de 10% do montante da dívida objeto de parcelamento até o último dia para opção.

Adicionalmente, a Companhia solicitou à ANTT a atualização do débito total consolidado referente a outras 13 (treze) infrações por violação à legislação dessa Agência Reguladora no montante total de R\$ 8.351, bem como a autorização para pagamento em 59 (cinquenta e nove) parcelas mensais e sucessivas. No 1º semestre de 2015, a Companhia solicitou a inclusão de mais 4 (quatro) infrações no parcelamento no montante de R\$ 2.941. Em 20 de abril de 2016, a Companhia solicitou a inclusão de mais 1 (uma), infração no parcelamento no montante de R\$ 343.

Em 09 de setembro de 2016 através do Ofício 699/2016/SUINF, foi deferido o parcelamento dos 18 processos no valor total de R\$ 9.747 em 60 prestações mensais, considerando o valor da tarifa cobrado aos usuários nas Praças de Pedágio P1 e P2 quando da decisão final de cada um dos 18 Processos Administrativos Simplificados – PAS incluídos no feito, bem como os acréscimos legais previstos na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. Adicionalmente, foi protocolada a inclusão de mais um processo infração no valor de R\$ 2.100, e provisionado mais seis processos, com chance remota de êxito, somando um valor total nominal de R\$ 3.961. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela SELIC referente a essas infrações no passivo circulante.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado abaixo:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Parcelamentos de dívidas com ANTT--Continuação

	Lei nº 13.043/2014	Resolução ANTT nº 3561/2010	Outros Proc. ANTT.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.667	15.683	-	19.350
Débitos originais incluídos no parcelamento	-	343	6.142	6.485
Juros de mora	60	10	2.382	2.452
Reversão originado do parcelamento	-	(6.279)	-	(6.279)
Pagamentos	(323)	(660)	-	(983)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.404	9.097	8.524	21.025
Circulante	265	1.949	8.524	10.738
Não circulante	3.139	7.148	-	10.287

Os valores dos juros e multas de mora, líquidos das reduções legais, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Lei nº 13.043/2014	Resolução ANTT nº 3561/2010	Total
Acima de um ano e até dois anos	264	1.949	2.213
Acima de dois anos e até três anos	264	1.949	2.213
Acima de três anos e até quatro anos	264	1.949	2.213
Acima de quatro anos e até cinco anos	264	1.301	1.565
Mais de cinco anos	2.083	-	2.083
	3.139	7.148	10.287

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 31/12/2015	Adições (exclusões)	Saldo em 31/12/2016
Margem de construção	(20.895)	(1.178)	(22.073)
Capitalização de juros	(19.391)	(1.794)	(21.185)
Ajuste encargos financeiros - apropriação AVP	22.360	8.367	30.727
Amortização do intangível provisionado	19.863	4.147	24.010
Diferença de taxa de amortização	(5.561)	290	(5.271)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(2.447)	478	(1.969)
Provisão participação nos resultados	538	(538)	-
Provisão para contingências	295	95	390
Outras provisões	790	516	1.306
	(4.448)	10.383	5.935

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade elaborados pela Administração indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia, cuja expectativa de realização do imposto diferido está apresentada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	3.079
2018	2.856
	5.935

15. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2016 foi de R\$5.729 (2015 - R\$5.131), sendo essa recolhida mensalmente. A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$497 (2015 - R\$459).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito será no montante anual de R\$ 368, reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio.

O valor total gasto relativo à verba de fiscalização para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$6.336 (2015 – R\$6.382).

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito até o final do prazo de concessão estão demonstrados a seguir.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até um ano	7.275	6.724
Acima de um ano e até dois anos	7.275	6.724
Acima de dois anos e até três anos	7.275	6.724
Acima de três anos e até quatro anos	7.275	6.724
Acima de quatro anos e até cinco anos	7.275	6.724
Mais de cinco anos	92.763	92.451
	129.141	126.069

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$10.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 10.000 mil ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela Isolux Corsán participações na Viabahia Ltda.

Em 18 de fevereiro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovou novo aumento de capital no montante de R\$196.000, mediante a emissão de 196.000 mil ações ordinárias, integralmente subscritas pela Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda. Neste ato, a acionista Infravix Participações S.A., renunciou o direito de preferência sobre a parcela que lhe caberia do aumento de capital ora aprovado, assim concordando e aceitando a diluição de sua participação no capital social da Companhia.

O acionista Isolux Corsan Participações na Viabahia, integralizou R\$ 164.630 ações ordinárias através de aporte no montante R\$ 164.630. Tendo em vista o adiamento de determinados investimentos a serem realizados, em 15 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a postergação para 31 de dezembro 2017 do prazo para integralização do valor remanescente do capital social da Companhia, no montante de R\$ 41.370, o qual encontra-se demonstrado na rubrica Capital a Realizar.

Em função dos aumentos retromencionados, o capital social integralizado em 31 de dezembro 2016 é de R\$ 756.146 (2015 - R\$591.516), e está representado por 635.121.768 ações ordinárias e sem valor nominal, das quais 593.751 (2015 – 429.121) foram integralizadas.

Acionistas	Em milhares de ações ordinárias					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade		%	Quantidade		%
	Integralizadas	A integralizar		Integralizadas	A integralizar	
Isolux Corsan Participações na Viabahia Ltda.	560.134	41.370	94,71	395.504	-	92,17
Infravix Participações S.A.	33.617	-	5,29	33.617	-	7,83
	593.751	41.370	100	429.121	-	100

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido -- Continuação

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

	2016	2015
Receitas de pedágio		
Numerários (i)	111.598	108.325
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	109.747	106.526
Visa Vale (iii)	14.441	14.791
DBTRANS (iii)	10.035	10.093
Sobras de arrecadação	75	95
	245.896	239.830
Receitas acessórias		
Receitas extraordinárias	2.906	2.876
Receitas de construção		
Obras de infraestrutura (iv)	188.124	232.830
Tributos sobre serviços da operação	(21.666)	(21.048)
	415.260	454.488

(i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP e ConectCar).

(iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.

(iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	2016	2015
Receita de obras de infraestrutura	188.124	232.830
Custos de construção	(184.436)	(226.956)
	3.688	5.874

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Custos de conservação</u>		
Custos com pessoal	(869)	(2.755)
Serviços de terceiros (i)	(10.039)	(12.557)
Material, equipamentos e veículos	(473)	(1.432)
Manutenção	-	(169)
Outros gastos conservação	(520)	(573)
	<u>(11.901)</u>	<u>(17.486)</u>
<u>Custos de operação</u>		
Custos com pessoal	(15.818)	(18.078)
Serviços de terceiros (i)	(24.956)	(25.314)
Material, equipamentos e veículos	(9.905)	(8.889)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (Nota 15)	(6.336)	(6.382)
Seguros	(2.799)	(2.209)
Depreciação e amortização	(74.552)	(54.903)
Outros gastos operação	(3.237)	(3.347)
	<u>(137.603)</u>	<u>(119.122)</u>
<u>Custos de monitoramento</u>		
Serviços de terceiros	(1.195)	(2.094)
<u>Custos de construção</u>		
Custos dos serviços de construção	(184.436)	(226.956)
Total	<u>(335.135)</u>	<u>(365.658)</u>

- (i) Referem-se basicamente a serviços de limpeza, vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços de terceiros (i)	(11.035)	(11.709)
Despesas com pessoal	(8.263)	(8.614)
Propaganda e publicidade	(1.209)	(1.185)
Depreciação e amortização	(1.051)	(1.127)
Material, equipamentos e veículos.	(435)	(571)
Arrendamentos e aluguéis	(920)	(827)
Gastos com viagens	(924)	(894)
Energia, telefone e correspondências	(223)	(464)
Ressarcimento de danos aos usuários	(167)	(150)
Associação de classe	(147)	(168)
Editais e publicações	(320)	(355)
Despesas com contingências	(506)	(74)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.998)	(1.930)
	<u>(30.198)</u>	<u>(28.068)</u>

- (i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e contábil.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(77.962)	(71.447)
Capitalização de juros	6.667	7.861
AVP sobre provisão para investimentos	(17.413)	(14.358)
Apropriação dos custos de transação	(1.407)	(9.134)
Multas e juros de mora	(1.342)	(2.197)
Outras	(850)	(1.196)
	(92.307)	(90.471)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	3.863	3.762
Juros ativos	146	201
Outras	30	47
	4.039	4.010
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(88.268)	(86.461)

21. Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(38.772)	(26.599)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal de 34%	(13.182)	(9.044)
Incentivos fiscais		
(-) Incentivo PAT	-	-
(-) Incentivo Sudene	-	-
Adições (exclusões) permanentes		
Perdas	-	-
Despesas não dedutíveis	4.754	345
Outras, líquidas	(1.955)	(156)
Imposto de renda e contribuição social apresentados no resultado	(10.383)	(8.855)
Alíquota efetiva	-	-

A composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findo de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	(10.383)	(8.855)
Imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(10.383)	(8.855)

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(28.389)	(17.744)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	608.034	311.431
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,05)	(0,06)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2015	388	480	868
Constituição	280	225	505
Saldos em 31 de dezembro 2016	668	705	1.373

	<u>Depósitos judiciais</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2015	708	1.821	2.529
Adições	261	169	430
Baixa/Reversão	-	(299)	(299)
Transferência	-	(1.246)	(1.246)
Atualização monetária	-	62	62
Saldos em 31 de dezembro 2016	969	507	1.476

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de risco provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 1.373 (2015 - R\$ 868).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de risco possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 43.155 (2015 - R\$ 43.067), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios-- Continuação

Em 2011, o Ministério Público Federal da Bahia ingressou com uma ação civil pública contra a Companhia, através do processo número 0006049-88.2011.4.01.3304, tendo como objeto a não conclusão dos serviços previstos para os trabalhos iniciais de recuperação das rodovias sob sua concessão, com valor estimado em aproximadamente R\$1.000. A Companhia atendeu a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui 77 (2015 – 91) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$70.911 (2015 – R\$ 97.283) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas.

Adicionalmente, 39 (2015 - 32) ações foram ajuizadas na Justiça Federal do Distrito Federal contra a ANTT, objetivando a declaração, pelo Poder Judiciário, da nulidade de 47 (2015 – 40) autuações, que somam R\$24.986 (2015 - R\$ 28.751).

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registo de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária (“PER”);
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, no qual solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos o êxito da Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliado como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até o momento já foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 57 processos (2015 – 54) , no montante total de R\$ 46.697 (2015 - R\$ 19.332).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de *benchmark* de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota 1.3.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota 11) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra, Caixa Econômica e Banco do Nordeste.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário Provável (II)</u>	<u>Cenário Provável (III)</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(56.196)	(70.245)	(84.294)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	4.839	3.629	2.419

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário Provável (II)</u>	<u>Cenário Provável (III)</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	7,5%	9,38%	11,25%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	13,6%	10,60%	7,07%

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

f) Análise de sensibilidade--Continuação

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda”, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários (depósitos em garantia)	34.245	-	34.245	-
Contas a receber	14.842	14.842	-	-
Caixa e equivalentes	8.445	8.445	-	-
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Fornecedores	96.012	96.012	-	-
Empréstimos e financiamentos	749.283	-	749.283	-

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 pode ser assim sumariado:

	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	718.263	764.268
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(11.670)	(13.896)
Dívida líquida	706.593	750.372
Total do patrimônio líquido	715.949	579.708
Total do capital	1.422.542	1.330.080
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,57

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	75.957	Setembro 2017
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	22.500	Setembro/2017
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infra-estrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	155.289	Outubro/2017
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	20.000	Abril/2017

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativos ao escritório sede, localizado na Rua Jacaratiá, nº106 - Caminho das Árvores, Salvador-Bahia.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retroescavadeiras, roçadeiras e caminhões.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Em 25 de maio de 2016 a Administração da Companhia tomou conhecimento, através de notícia veiculada na mídia, que uma das empresas por ela contratada em 2013, para serviços de engenharia, está sendo investigada em processo conduzido por autoridades federais. Os pagamentos decorrentes do contrato firmado entre a Companhia e essa empresa totalizaram R\$ 6.389, e foram originalmente registrados como parte dos custos de formação do ativo intangível.

Em decorrência do descrito acima, a Administração da Companhia em conjunto com seu acionista controlador decidiu iniciar um processo de investigação interna relacionado com a mencionada notícia e, para isso, contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells, para conduzir a investigação. Adicionalmente, criou uma comissão interna para acompanhamento do andamento da investigação, conduzida por empresa independente contratada.

Como resultado dos trabalhos de investigação interna realizados, foram identificados pagamentos no período de 2010 a 2013 a empresas contratadas para execução de serviços de engenharia e aluguel de equipamentos, no montante total de R\$13.748, cuja prestação dos serviços não conseguiu ser adequadamente comprovada. Deste montante total, R\$2.931 havia sido lançado diretamente no resultado do exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2016, de forma prudente, a Companhia efetuou a baixa dos valores residuais que encontravam-se registrados como parte do seu ativo intangível decorrentes dos contratos firmados no passado junto a essas empresas.

Até o presente momento, a Companhia não tem conhecimento de que figura como parte investigada em procedimento investigatório, porém a posição da Administração será sempre a de colaborar com as autoridades competentes.